

VERÃO QUENTE
DE
1975

TUDO ERA
PERMITIDO

NÃO FICÇÃO · HISTÓRIA DE PORTUGAL

pedro prostes da fonseca

ÍNDICE

Introdução	11
Agarra que é fascista	15
Na dúvida, saneie-se	21
O que é teu, é nosso.	23
A Catarina é minha.	27
Barracadas com o poder popular	31
Passear de chaimite	39
Perda da virgindade.	43
Machismo revolucionário	47
A moca	51
Hábitos que não fizeram monges	53
Onde mora o Cunhal?	55
Tudo para o Porto.	59
Não se podia ignorar	63
Saem dois expressos para Caxias	79
O nosso Fidel	81
Idade não é posto	85
Insólita clandestinidade.	89
E os meninos crescem	87

Turismo político	93
Todos ao91Rossio	97
Não sei nadar!	99
Produtor de greves	101
A bola é para os portugueses.	103
Muçulmanos ao poder	105
Erro de <i>casting</i>	107
Sob o olhar dos espanhóis	111
A bem ou a mal	113
Na toca, com a festa a decorrer	115
Tréguas políticas no Dramático	119
Armas à esquerda e à direita	123
O endiabrado da Constituinte.	127
Touradas & ameaças	131
Desacerto de contas	135
A senha	137





E o povo saiu à rua, celebrando e reivindicando.



Muitos edifícios públicos foram tomados pelos populares para a criação de creches ou de outros equipamentos de apoio.

INTRODUÇÃO

Mês de Abril, dia 25, ano de 1974. Portugal saía finalmente da mais longa ditadura que existira na Europa através de uma Revolução liderada por capitães. Um País em entusiasmo, mas muito pouco preparado para os desafios que o esperavam.

Em jeito de balanço do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), diria Ramalho Eanes ao *Diário de Notícias*, num número especial consagrado ao 10.º aniversário do 25 de Abril: «A maior parte dos militares caracterizavam-se por uma grande inexperiência e ingenuidade política. Havia a convicção de que a mudança do regime iria, por si só, determinar a mobilização da população de modo a fazer aparecer grandes valores e a permitir uma recuperação rápida em todos os domínios. Admitia-se que a instituição militar, fortemente motivada por um conjunto de objectivos comuns, iria manter-se coesa, garantido ao País uma situação de ordem e de liberdade. Ora isso não aconteceu. A insti-

tução militar acabou por se fracturar e por não ser um factor estabilizador, mas antes elemento de perturbação.»

O ano de 1974 seria tempo de novas leis e muitas reivindicações. Já o seguinte ficaria para a história como o período mais conturbado da segunda metade do século xx português. Não havia Constituição e o regime «ainda não estava institucionalizado», como lembraria Álvaro Cunhal para justificar a tomada, pelo Partido Comunista, da redacção de jornais que foram nacionalizados, como *O Século* ou o *Diário de Notícias*. «Ainda não sabemos bem como será esse regime, temos uma situação democrática instável, em evolução, que se vai formando no próprio processo», observaria o líder comunista num debate frente a Mário Soares.

Este não é um livro de história; sim um livro com histórias decorridas no PREC, período que se convencionou ter começado com a Revolução e terminado no golpe frustrado de 25 de Novembro de 1975, depois de um longo Verão Quente em que o fantasma da guerra civil pairou sobre os portugueses.

O PREC teve excessos que hoje, é fácil dizer, poderiam ter sido evitados. Mas foi longa a noite escura que o País viveu durante mais de quatro décadas. E o despertar assim se fez.

AGARRA QUE É FASCISTA

A caça ao fascista foi um desporto nacional a seguir ao 25 de Abril. Por convicção ou mera perseguição, denunciava-se. E foram, assim, muitos os portugueses detidos sem culpa formada.

Em Janeiro de 1976, em processo de democratização depois do 25 de Novembro, esta violação dos mais elementares direitos humanos seria enfrentada, com o Conselho da Revolução a criar uma «comissão de averiguação de violências sobre presos sujeitos às autoridades militares».

Lia-se no relatório desta comissão, divulgado em Julho daquele ano, que muitas das prisões efectuadas depois do 25 de Abril tinham sido ordenadas pelo COPCON, sob ordem de Otelo Saraiva de Carvalho. Outras, a pedido de entidades como o Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI) ou o Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS.

Ficaria provado no relatório o que já se tornara público, que o COPCON assinara em branco «muitos impressos de mandado de captura», bastando para o seu

preenchimento que houvesse suspeita de o homem ou a mulher a deter tivesse praticado crimes contra a segurança do Estado ou de sabotagem económica.

Do relatório «ficava claro», por exemplo, que as prisões realizadas por militares sobre civis a propósito de crimes de sabotagem económica haviam sido «formalmente irregulares» por falta de instrução preparatória, que cabia à Polícia Judiciária.

Detenções abusivas também se deram a mando do gabinete de um dos principais responsáveis pela Junta de Salvação Nacional, Rosa Coutinho. Um despacho de 15 de Maio de 1975 (daquele gabinete), que surge no relatório, dizia textualmente sobre um detido: «Fica preso até 22 de Maio, data em que será libertado. Deve ser informado, bem como as autoridades locais, que será novamente detido se incorrer em actos de natureza semelhante ao que originou a sua prisão.»

As detenções arbitrárias no período do PREC tiveram três momentos de especial incidência: logo a seguir à Revolução (perseguição ao patronato, a responsáveis pelo controlo na entrada de liceus e faculdades – havia muitos avençados da PIDE nessas funções – ou a cidadãos comuns tidos como informadores da antiga polícia política), após o 28 de Setembro de 1974 e na sequência do 11 de Março de 1975.